

FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO

Ano de 2015

Ata da reunião da Comissão Revisora constituída nos termos do artº 9º do Decreto-Lei nº 44 956, de 2 de abril de 1963. -----

Na data abaixo indicada, no Palácio da Justiça de Coimbra, em sessão ordinária, a Comissão constituída pelos Exmºs. Senhores Presidente da Relação de Coimbra, Procurador-Geral Distrital de Coimbra e Diretor de Finanças de Coimbra, reuniu a fim de proceder à apreciação e julgamento das contas de geiência apresentadas pelo Conselho Diretivo da Fundação Rangel de Sampaio, sita na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. -----

Esta Comissão, depois de debater o conteúdo do Relatório de Gestão e Contas – ano de 2015, bem como a apreciação do respetivo parecer, que ficam a fazer parte integrante desta ata, decidiu por unanimidade aprovar as contas respetivas. -----

Permita-se-nos, todavia, que esta Comissão recomende ao Exmo. Conselho Diretivo que no campo 9 (nove) das Declarações Periódicas do IVA, passem a ser declaradas as operações isentas, sem direito à dedução, conforme reparo a fls. 4/5 do parecer.-----

Coimbra, 23 de Junho de 2016. -----

A COMISSÃO REVISORA:

Presidente do Tribunal da Relação



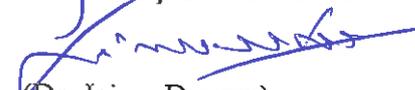
(Dr. António Isaiás Pádua)

Procurador Geral Distrital



(Dr. Euclides Dâmaso)

Diretor de Finanças de Coimbra



(Dr. Jaime Devesa)

Denominação: Fundação Rangel de Sampaio

NIPC: 500 122 261

Sede: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

PARECER

Procedeu-se ao exame das contas da Fundação Rangel de Sampaio, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, exercício de 2015.

Esta auditoria resulta da obrigatoriedade constante do D. L. nº 44.956 de 2 de Abril de 1963 e destina-se a habilitar a Exma. Comissão Revisora a pronunciar-se sobre as contas da Fundação.

Esta Comissão, como consta do D. L. referido, é constituída pelos Exmos. Srs. Presidente do Tribunal da Relação, Procurador Distrital de Coimbra e Director de Finanças de Coimbra.

Foram enviados à Direcção de Finanças de Coimbra pelo Tribunal da Relação os seguintes elementos que serviram de base documental à auditoria:

- Livro de Inventário e Balanços;
- Documentos da contabilidade relativos ao exercício de 2015;
- Notas de Contabilidade e Operações Diversas relativas ao exercício de 2015;
- Balancetes mensais;

Procedeu-se à análise dos elementos contabilísticos, tendo a mesma incidido fundamentalmente nos seguintes aspectos:

- Verificação relativa à aplicação das normas do SNC (Sistema de Normalização contabilística, aprovado pelo DL 158/2009, de 13/07) às demonstrações financeiras da Fundação;
- Análise comparativa do balanço e demonstração de resultados, tendo em conta os saldos verificados em 2013, 2014 e 2015;
- Verificação por amostragem dos principais procedimentos contabilísticos adoptados;
- Revisão analítica de algumas contas, com especial ênfase nas de Aplicações Financeiras e Bancos, tendo em conta os significativos valores relevados nas mesmas;

1. BALANÇO COMPARATIVO 2013/2014/2015

ACTIVO	2013	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Activos Fixos Tangíveis	394.934,87	384.175,99	-2,72%	373.416,31	-2,80%
Outros activos financeiros	2.418.134,10	2.415.933,62	-0,09%	2.718.845,31	12,54%
Total	2.813.068,97	2.800.109,61	-0,46%	3.092.261,62	10,43%
ACTIVO CORRENTE					
Outras contas a receber	57.216,99	52.490,71	-8,26%	22.482,48	-57,17%
Activos finan. detidos p/ negoc.	2.865,84	2.865,84	0,00%	2.865,84	0,00%
Caixa e Depósitos bancários	2.062.812,39	2.218.648,45	7,55%	1.955.777,49	-11,85%
Diferimentos	472,05	484,81	2,70%		-100,00%
Total	2.123.367,27	2.274.489,81	7,12%	1.981.125,81	-12,90%
TOTAL ACTIVO	4.936.436,24	5.074.599,42	2,80%	5.073.387,43	-0,02%
SIT. LÍQUIDA					
Outras variações Capital Próprio	2.001,11	2.001,11	0,00%	2.001,11	0,00%
Result. transitados	4.326.349,12	4.403.017,25	1,77%	4.519.262,97	2,64%
Resultados líquidos	76.668,13	116.245,72	51,62%	5.419,04	-95,34%
Total Sit. Líquida	4.405.018,36	4.521.264,08	2,64%	4.526.683,12	0,12%
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Outras contas a pagar	454.727,25	466.462,00	2,58%	477.883,47	2,45%
Total	454.727,25	466.462,00	2,58%	477.883,47	2,45%
PASSIVO CORRENTE					
Estado e outros entes públicos	0,00	28,03	#DIV/0!	39,45	40,74%
Outras contas a pagar	12.012,27	23.049,73	91,88%	4.372,42	-81,03%
Diferimentos	64.678,36	63.795,18	-1,37%	64.408,96	0,96%
Total	76.690,63	86.872,94	13,28%	68.820,83	-20,78%
Total Passivo	531.417,88	553.334,94	4,12%	546.704,30	-1,20%
Total S. Líq.+Passivo	4.936.436,24	5.074.599,02	2,80%	5.073.387,42	-0,02%

(Euros)

Análise comparativa:

- Verifica-se que o total do activo manteve-se em 2015 praticamente inalterado relativamente ao período anterior;
- A nível das contas, a título individual, destaca-se fundamentalmente o aumento significativo da rubrica Outros Activos Financeiros, o qual ocorreu praticamente na mesma proporção da diminuição sofrida pela rubrica Caixa e Depósitos à Ordem;
- Verifica-se pois um acréscimo de investimentos, tendo os mesmos sido efectuados com recurso a meios financeiros líquidos;
- O montante relevado em Outras contas a pagar (Passivo não corrente) totaliza 477.883,47€, respeitando na sua maioria à rubrica 2784 – Gestão da futura Biblioteca da FDUC;

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA 2013/2014/2015

	2013	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornec. serviços externos	-28.068,82	-27.751,05	-1,13%	-36.243,94	30,60%
Imparidade dívidas a receber	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Aumentos/Redução Justo Valor	-39.582,96	45.928,99	-216,03%	-18.146,25	-139,51%
Outros rendimentos e ganhos	213.378,03	223.122,77	4,57%	162.410,50	-27,21%
Outros gastos e perdas	-69.468,70	-117.601,31	69,29%	-86.135,35	-26,76%
Resultado antes depr., g. fin. e impto.	76.257,55	123.699,40	62,21%	21.884,96	-82,31%
Gastos/Reversões deprec. e amortizações	-10.915,58	-10.759,28	-1,43%	-10.759,28	0,00%
Resultado Operacional	65.341,97	112.940,12	72,84%	11.125,68	-90,15%
Juros e rendimentos similares obtidos	40.130,89	36.010,14	-10,27%	6.135,03	-82,96%
Juros e rendimentos similares suportados	-28.804,73	-32.704,54	13,54%	-11.841,67	-63,79%
Resultado antes de impostos	76.668,13	116.245,72	51,62%	5.419,04	-95,34%
Resultado líquido do período	76.668,13	116.245,72	51,62%	5.419,04	-95,34%

(Euros)

Análise comparativa:

- A diminuição verificada no resultado líquido do exercício está fundamentalmente relacionada com o decréscimo das rubricas Aumentos/Reduções de Justo Valor, Outros Rendimentos e Ganhos e Juros e rendimentos similares obtidos;
- Não obstante se terem também verificado reduções de montantes contabilizados em contas de gastos, particularmente nas rubricas de Outros Gastos e Perdas e Juros e rendimentos similares suportados, tal diminuição foi ainda assim bastante inferior ao decréscimo verificado nas contas de rendimentos acima referidas;
- De referir que a rubrica Aumentos / Reduções de Justo Valor resulta do diferencial apurado entre o saldo das contas 77.2 – Ganhos por aumento de Justo Valor e 66.2 - Perdas por redução de Justo Valor, nas quais se encontra contabilizada a variação mensal dos diversos investimentos financeiros, de acordo com a cotação respectiva, disponibilizada pelas entidades bancárias;
- Em 2015, do diferencial em causa resulta uma Perda de Justo Valor no montante de - 18.146,25€ (ganhos de 133.821,26€ - gastos de 151.967,53€), a qual contrasta com o saldo positivo de 45.928,99€ verificado em 2014, sendo um dos factores que contribui substancialmente para a diminuição verificada no resultado líquido do exercício;
- O resultado líquido do período passou assim de 116.245,72€ em 2014 para 5.419,04€ em 2015, verificando-se pois uma diminuição significativa relativamente ao exercício de 2014;

3. SITUAÇÃO FISCAL

3.1. IRC

A Fundação Rangel Sampayo foi fundada em 02 de Abril de 1963, pelo Decreto Lei nº 44.956, constando no cadastro da AT com a natureza jurídica de Fundação de direito privado.

Encontra-se isenta de IRC nos termos previstos no Artº 10º do CIRC.

A Fundação procedeu à entrega da declaração de rendimentos modelo 22, relativa ao exercício de 2014, declarando no anexo D – Benefícios Fiscais, o resultado líquido do exercício.

Procedeu também à entrega da Declaração anual de informação Contabilística e Fiscal (IES), prevista no Artº 121º do CIRC, relativa ao referido exercício de 2014.

O prazo para entrega da declaração de rendimentos modelo 22 relativa ao exercício de 2015 decorre até ao final do mês de Maio/2016.

3.2. IVA

A Fundação passou a partir de 01/05/2014 a estar enquadrada no regime normal trimestral, tendo em conta a obrigatoriedade legal de passar a ter contabilidade organizada.

Em 28/12/2015 foi entregue uma declaração de alterações, na qual foi indicada uma nova actividade secundária, concretamente o arrendamento de bens imobiliários – CAE 68.200

Assim sendo, a Fundação encontra-se actualmente inscrita em sede de IVA para a prática das seguintes actividades:

Tipo	Código	Designação	Data de Início
CAE Principal	88990	OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E.	02-04-1963
CAE Secundário 1	58110	EDIÇÃO DE LIVROS	29-06-2013
CAE Secundário 2	47610	COM. RET.LIVROS,ESTAB. ESPEC.	29-06-2013
CAE Secundário 3	68200	ARRENDAMENTO DE BENS IMOBILIÁRIOS	

Da confrontação efectuada entre os valores declarados pela Fundação no e-factura e os valores declarados nas DP enviadas no decurso do exercício de 2015, não se verificam divergências relativamente ao IVA liquidado em cada período de imposto, sendo que este corresponde também ao IVA a pagar, dado não se terem verificado deduções de IVA.

Não obstante, verifica-se a existência de operações relevadas no e factura, particularmente nos períodos 2015.03 e 2015.12, que não foram declaradas no campo 9 das DP – operações isentas, sem direito a dedução.

Ainda que tal situação não tenha influenciado o montante de imposto a pagar, a mesma deverá ser corrigida, no sentido de se verificar convergência entre os valores declarados no e factura e os declarados nas DP de IVA respectivas.

Da análise efectuada verificou-se que de um modo geral as operações relevadas na contabilidade estão de acordo com o padrão que vem sendo habitual nos exercícios mais recentes, não se tendo detectado situações irregulares.

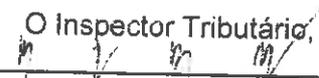
4. PARECER

Foram pois auditadas as demonstrações financeiras da Fundação, as quais compreendem os Balanços e Demonstrações de Resultados, relativos aos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

As mencionadas demonstrações financeiras são da *exclusiva* responsabilidade do Exmo. Conselho Directivo da Fundação, consistindo a nossa responsabilidade em emitir uma opinião sobre as mesmas, tendo por base o exame efectuado.

Do referido exame, o qual foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas, é **nossa opinião que as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada em todos os seus aspectos materiais a situação financeira da Fundação e os resultados da sua actividade, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, pelo que se propõe a V. Exas. que as contas de 2015 poderão ser aprovadas.**

Coimbra, 23 de Maio de 2015,

O Inspector Tributário,


(Fernando Jorge Fernandes Marques)

FUNDAÇÃO RANGEL DE
SAMPAIO

RELATÓRIO E CONTAS
ANO 2015

Aprovada pelo Conselho Diretivo em 30 de Março de 2016

Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra



Índice

Introdução e destaques.....	3
Perfil identitário.....	4
Estrutura e Ação Social.....	5
Conjuntura económica.....	6
Indicadores.....	7
Demonstrações financeiras.....	8
Notas anexas às Demonstrações financeiras.....	13

Introdução e destaques

O Relatório de Gestão e Contas da Fundação Rangel de Sampaio pretende sintetizar a informação mais relevante da atividade da Fundação Rangel de Sampaio em 2015, produzindo informação para a avaliação, interna e externa, do seu desempenho na sua área de missão (mecenato no ensino e ação social).

Na estrutura organizacional, tomou posse no mês de Março do ano 2015 um novo Conselho Directivo. O Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos substituiu no cargo de Presidente o Doutor António dos Santos Justo.

Financeiramente, e dado que a atividade da Fundação é em muito autofinanciada pela rentabilização e aplicação dos seus recursos, em boa parte financeiros, a recessão global dos mercados financeiros afetou de modo substancial a rentabilidade da carteira de investimentos. Note-se que em 2015, a atividade económica global registou o pior desempenho desde 2009 (o ano da Grande Recessão).

Em termos de ação social, deu-se continuidade à prossecução das políticas constantes em anos anteriores, por forma a dar continuidade ao mecenato e fins estatutários da Fundação Rangel de Sampaio.

Handwritten marks in the top right corner, including a checkmark, the initials 'HK', and a blue signature.

Perfil identitário

Missão, valores e visão

A Fundação Rangel de Sampaio, fundada em 2 de Abril de 1963 pelo Decreto Lei 44 956, é uma pessoa coletiva de direito privado com estatuto de utilidade pública, instituída junto da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Na Universidade de Coimbra, fundada por D. Dinis e confirmada por Bula do Papa Nicolau IV em 9 de agosto de 1290, sendo a mais antiga das universidades portuguesas e uma das mais antigas do mundo, conjugam-se hoje valores de tradição, contemporaneidade e inovação. Os mais de sete séculos da sua história demonstram a sua abertura ao mundo, a cooperação, a interação de culturas, a independência, a tolerância, o diálogo - alguns dos valores da sua matriz identitária. A estes juntam-se outros como a valorização das pessoas, o rigor intelectual, a liberdade de opinião, a ética, a humildade científica e o estímulo à criatividade e o reconhecimento e promoção do mérito.

No cumprimento da sua missão, tal como a Universidade de Coimbra, a Fundação Rangel de Sampaio deve contribuir para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional. Para tal, prossegue os seguintes fins:

- a) Atribuir bolsas de estudo a estudantes pobres e distintos e conceder subsídios para viagens de estudo no país ou estrangeiro;
- b) Manter e proporcionar residências e instalações desportivas para estudante;
- c) Custear estudos e missões científicas de professores, assistentes e candidatos ao doutoramento, no país ou no estrangeiro;
- d) Habilitar a faculdade a instituir o prémio Doutor Guilherme Moreira atividades de extensão universitária, nomeadamente a prestação de serviços especializados à comunidade, em benefício da cidade, da região e do país;

D
HK
Fro

Estrutura

A estrutura da Fundação Rangel Sampaio no presente ano foi a seguinte:

Orgãos Sociais - Ano 2015

Presidente Conselho Diretivo
Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos *
Vogal Conselho Diretivo
Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos **
Vogal Conselho Diretivo
Doutor Luís Pedro Chaves Rodrigues da Cunha

* Substituiu em 19/03/2015 o Doutor António dos Santos Justo

** Substituiu em 26/03/2015 o Doutor Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves

Ação Social

No presente ano a ação social da Fundação Rangel Sampaio pode, em traços gerais, resumir-se a:

- a – Atribuição de bolsas de estudo mensais → 25 Bolsas (reforçou-se de um total de 15 bolsas no ano lectivo 2014 para um total de 25 bolsas no ano lectivo 2015)
- b – Subsídio de estudos e missões → 3 Missões
- c – Cedência de uma residência universitária aos serviços de ação social * → 1 Residência
 - * c1 – Recebendo dos mesmos 10 bolsas de alojamento que se concedem a alunos da FDUC
 - * c2 - Recebendo dos mesmos 12 bolsas de alimentação que se concedem a alunos da FDUC
- d – Atribuição de prémio de mérito Doutor Manuel de Andrade → 4 Prémios
- e - Atribuição de prémio de mérito Doutor Guilherme Moreira → 1 Prémio
- f - Atribuição de prémio de mérito Doutor Gama Barros → 1 Prémio

Investimentos Financeiros – Análise de conjuntura

Dada a importância desta rubrica na sustentabilidade e garantia dos fins da Fundação Rangel Sampaio, segue uma memória descritiva que analisa o cenário económico no ano 2015 efetuada pelo banco BPI, no seu relatório de gestão da carteira de investimentos da Fundação:

Conjuntura Macroeconómica

Em 2015 a actividade económica global que, de acordo com a OCDE, deverá ter crescido apenas 2.9%, desapontou, sobretudo no segundo semestre, interrompendo a tendência de gradual fortalecimento que se observara em 2014 e registando o pior desempenho desde 2009. Para além dos factores de ordem política, que se intensificaram, os desequilíbrios que persistiram no mundo desenvolvido, o esgotamento dos instrumentos de política económica e principalmente o arrefecimento de algumas das maiores economias emergentes, em particular da China, constituíram os principais factores que condicionaram a evolução da economia mundial. Por outro lado, o ciclo de descida dos preços das principais matérias-primas contribuiu para aumentar os receios de que o ritmo de expansão dos preços no mundo desenvolvido permaneça próximo da estagnação. Neste contexto, a política monetária nas economias avançadas manteve o cariz fortemente acomodaticio, mas a confirmação de diferentes estádios do ciclo económico acentuou a divergência de posicionamento dos bancos centrais. A Reserva Federal norte-americana iniciou o ciclo de normalização da taxa de juro de referência em Dezembro, mas o Banco Central Europeu, o Banco do Japão e o Banco Nacional da Suíça reforçaram o pendor acomodaticio das suas políticas. Por fim, o Banco de Inglaterra, que se esperava que seguisse a Fed na elevação da taxa de referência acabou por não o fazer apesar do bom andamento da economia.

Mercados Accionistas

No ano os mercados accionistas obtiveram, em termos globais, uma rentabilidade de 2.6% (índice MSCI World em moeda local). Os mercados europeus também registaram ganhos, de 5.4% em média (índice MSCI Europe em moeda local). Contudo, os mercados ibéricos registaram evoluções divergentes: enquanto as acções portuguesas se valorizaram 10.7% (índice PSI 20), as acções espanholas perderam 7.2% (índice IBEX). Nos EUA o índice S&P500 registou uma variação praticamente nula (-0.7%). Pela negativa estiveram os mercados emergentes que se desvalorizaram 17.0%, em média (índice MSCI Emerging Markets em USD). A América Latina foi a região mais penalizada, tendo apresentado perdas de 32.9% (índice MSCI Emerging Latin America em USD).

Mercados Obrigacionistas

O ano 2015 foi positivo para a dívida pública da Zona Euro, que se valorizou 2.0% (índice EFFAS>1 - EUR), suportada pela actuação do BCE. As obrigações do Governo norte-americano também apresentaram ganhos, embora menos expressivos (0.9%). Os mercados de crédito registaram perdas de 0.7% na dívida investment grade e de 5.6% para a dívida high yield. As obrigações de mercados emergentes obtiveram, pelo contrário ganhos de 1.8% (índice JP Morgan Emerging Markets, em USD). As taxas de curto prazo voltaram a atingir mínimos históricos, tendo encerrado o ano com valores negativos de 0.13% a 3 meses e de -0.04% a 6 meses.

Principais Indicadores Económicos da Fundação Rangel de Sampaio – Anos 2014 / 2015

D
X
Fro

Fica uma breve síntese dos rácios e indicadores relevantes de carácter económico-financeiro dos anos 2014/2015:

Rubrica	2015	2014	Var	% Var
Resultado do Período	5.419,04 €	116.245,72 €	-110.826,68 €	-95%
Rendimentos	302.366,81 €	347.922,94 €	-45.556,13 €	-13%
Gastos	296.947,77 €	231.677,22 €	65.270,55 €	28%
Activos	5.073.387,43 €	5.074.599,02 €	-1.211,59 €	0%
Passivos	546.704,31 €	553.334,94 €	-6.630,63 €	-1%
Fundos Patrimoniais	4.526.683,12 €	4.521.264,08 €	5.419,04 €	0%
Rácios de Liquidez				
Liquidez Geral	28,79	26,18	2,60	10%
Liquidez Reduzida	28,79	26,18	2,60	10%
Rácios de Solvabilidade e Autonomia				
Autonomia Financeira	0,89	0,89	0,00	0%
Solvabilidade Financeira	8,28	8,17	0,11	1%
Capacidade de Endividamento m/l	0,90	0,91	0,00	0%
Rácios de Rendibilidade				
Rendibilidade dos Rendimentos	1,79%	33,41%	-31,62%	-95%
Rendibilidade do Activo	0,11%	2,29%	-2,18%	-95%
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	0,12%	2,57%	-2,45%	-95%

Handwritten initials and signature in blue ink.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rubricas	Notas	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fíxos tangíveis	5	373.416,31	384.175,59
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Trespasse(goodwill)		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros	15/18	2.718.845,31	2.415.933,62
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		3.092.261,62	2.800.109,21
ACTIVO CORRENTE			
Inventários		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	18	22.482,48	52.490,71
Diferimentos	18	0,00	484,81
Activos financeiros detidos para negociação	15	2.865,84	2.065,84
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	9	1.955.777,49	2.218.648,45
		1.981.125,81	2.274.489,81
Total Activo		5.073.387,43	5.074.599,02

(1)- O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Handwritten signature and initials in blue ink.

RUBRICAS	NOTAS	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS			
Capital realizado		0,00	0,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Premios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações nos Fundos Patrimoniais		2 001,11	2 001,11
Resultados transferidos	17	4 519 262,97	4 403 017,25
Resultado líquido do período		5 419,04	116 245,72
Interesses minoritários		0,00	0,00
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		4 526 683,12	4 521 264,08
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE	18	477 893,47	466 462,00
Fornecedores		0,00	0,00
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		39,46	28,03
Accionistas/ socios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	10	4 372,42	23 049,73
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Diferimentos	18	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		546 704,31	563 334,94
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		5 073 387,43	5 074 599,02

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Handwritten signature and initials in blue ink.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	18	-36.243,94	-27.751,05
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	15/18	-18.146,25	45.928,99
Outros rendimentos e ganhos	18	162.410,50	223.122,77
Outros gastos e perdas	18	-86.135,35	-117.601,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		21.884,96	123.699,40
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-10.759,28	-10.759,28
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.125,68	112.940,12
Juros e rendimentos similares obtidos	10/18	6.135,03	36.010,14
Juros e gastos similares suportados		-11.841,67	-32.704,54
Resultado antes de impostos		5.419,04	116.245,72
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		5.419,04	116.245,72
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00
Resultado por acção básico		0,00	0,00

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros
 (2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas



RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes			
Pagamentos a fornecedores		1.983,46	3.096,01
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.983,46)	(3.096,01)
Outros recebimentos/pagamentos		2.200,81	3.981,05
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		217,35	885,04
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		217,35	885,04
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.433,56	5.548,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.650,91	6.433,56

NOTA RESPECTIVA DO ANEXO: N.º9

D
K
[Signature]

NOTAS ANEXAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: Fundação Rangel de Sampaio – NIF 500 122 261

1.2 - Sede: Pátio da Universidade – Faculdade de Direito Universidade Coimbra – 3004-545 Coimbra

Telefone: +351 239 859 801/02

Fax: +351 239 823 353

Endereço eletrónico: rsampaio@fd.uc.pt

Página da internet: <http://www.uc.pt/fduc/frs>

1.3- Natureza da atividade: Fundação com fins de de contribuição para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional em ligação com a Universidade de Coimbra.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As demonstrações Financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector no lucrativo (ESNL) DL n.º36-A/2011 de 9/03.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º105/2011 de 14/03), o Código de Contas (Portaria n.º0106/2011 de 14/03) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º6726-B/2011).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem as adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade devesse recorrer, tendo em vista tao somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) As NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) As Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;

c) As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do Período anterior.

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

AR
Tudo

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos efectuados de acordo com as normas contabilísticas estabelecidas para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) com base nos seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos a medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% *(considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante)*

Equipamento Administrativo – 10% *(considerado este valor pelo princípio da comparabilidade e dado que deprecia no exercício corrente a totalidade do Equipamento Administrativo)*

- Imposto sobre o rendimento

A Fundação Rangel de Sampaio encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo do art.º 10 do respetivo código.

- Meios financeiros líquidos

Este item inclui depósitos à ordem, depósitos a prazo e moedas em cofre.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

A conta 2784 regista o valor remanescente devido referente ao projeto da construção da futura biblioteca da faculdade de Direito da U.C. A conta 2785 regista a 31/12/2015 o valor de cheques de bolseiros não descontados à data no banco.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

Nas lacunas das normas referidas, foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro Gerais como referenciado no ponto 2

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção, nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. Obviamente, e dada a importância dos activos financeiros na sua sustentabilidade são delegadas nas entidades bancárias as responsabilidades de gestão dos mesmos com risco mínimo para a prossecução dos fins estatutários da Fundação.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível a data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Existem ganhos e perdas de natureza cambial refletidos nas respectivas subcontas de classe 6 (subconta 6928) e 7 (subconta 7861). Tanto as contas de disponibilidades como as de investimentos financeiros estão transpostas em euros com os valores fornecidos pelo Banco BPI e respectivas taxas de câmbio do Banco de Portugal à data de fecho do exercício do ano em questão.

- Outros valores a receber

As contas de "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido (exceção do auxiliar 17 da conta 2782 – Adriano José Gonçalves Pinto, por opção do Órgão de Gestão, dado que se encontra em processo de resolução.)

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas. No relatório de gestão da carteira da Fundação emitido pelo Banco BPI, salienta-se que em 2015, a atividade económica global registou o pior desempenho desde 2009 (o ano da Grande Recessão). Tendo em conta este cenário não será de perspectivar um acréscimo e/ou redução significativo(a) da carteira de investimentos relativamente a 2015. Sendo assim, entendeu-se por bem não efectuar qualquer ajustamento.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

4.1 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base a aplicação de políticas contabilísticas referidas nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

- Ativos fixos tangíveis

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos Biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiantamentos/AFT	Total
Valor Bruto no início	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações Acumuladas	0,00	155.640,47	348,40	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	173.557,91
Saldo no início de período	0,00	383.183,99	991,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	384.175,59
Variações do período	0,00	-10.732,48	-26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.759,28
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Depreciações do período	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	372.451,51	964,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373.416,31
Valor bruto no fim do período	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	166.372,95	375,20	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	184.317,19

(valores em Euros)

5.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante)

Equipamento Administrativo - 10% (considerado este valor pelo princípio da comparabilidade e dado que deprecia no exercício corrente a totalidade do Equipamento Administrativo)

9 - Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica no montante de 1.955.777,49€ corresponde aos saldos das contas de caixa e depósitos à ordem e a prazo junto dos Bancos BPI e CGD conforme ponto 18.8

10 - Rédito

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

10.1.a) - Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

10.1.b) - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rub.	2015	2014	Var	% Var
Ganhos por aumentos de justo valor	133.821,28 €	88.790,03 €	45.031,25 €	51%
Outros rendimentos e ganhos	162.410,50 €	223.122,77 €	-60.712,27 €	-27%
Juros	6.135,03 €	36.010,14 €	-29.875,11 €	-83%
Total	302.366,81 €	347.922,94 €	-45.556,13 €	-13%

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Os ajustamentos da carteira de investimentos em aplicações de/em moeda externa são feitos com base nas cotações do Banco de Portugal. Os efeitos das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados do período encontram-se resumidas no quadro abaixo:

Conta	Rubrica	2015
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	5.758,32 €
6928	Diferenças de câmbios desfavoráveis	2.266,76 €

15. Instrumentos financeiros

15.1 – O órgão de gestão optou pelo princípio da comparabilidade mantendo o valor dos demais anos assumindo o valor de inicial de registo contabilístico (ou seja custo ou custo amortizado menos perda de imparidade) na conta 14. Na conta de investimentos financeiros a mensuração foi feita ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados numa base de ajuste mensal

15.2 – A cotação de mercado dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor está expressa nos extractos bancários mensais

16. Benefícios dos empregados

16.1 – O número médio de empregados da Fundação Rangel de Sampaio durante o período de relato financeiro foi zero.

16.2 – O número de membros dos órgãos directivos são três. Em Março de 2015 foi dada posse a um novo Presidente para a Fundação; o Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos (em substituição do Doutor António dos Santos Justo), sendo que o Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos substituiu o Doutor Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves como vogal do Conselho Directivo.

16.3 – Os órgãos directivos não são remunerados sob forma alguma

17. – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

17.1 – Informação por actividade económica e por mercado geográfico

Rubrica	CAE 1 - 2015	CAE 2 - 2015
Vendas	0,00 €	
de Mercadorias	0,00 €	
Prestações de serviços	0,00 €	
Ganhos por aumentos de justo valor	133.821,28 €	
Outros Rendimentos e Ganhos	160.823,05 €	1.587,45 €
Juros	6.135,03 €	
Compras	0,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	36.183,19 €	60,75 €
CMVMC	0,00 €	
Mercadorias	0,00 €	
MP's, Subsidiárias e de Consumo	0,00 €	
Gastos com Pessoal	0,00 €	
Remunerações	0,00 €	
Outros Gastos	0,00 €	
Activos Fixos Tangíveis	373.416,31 €	
Valor líquido final	373.416,31 €	
Propriedades de Investimento	0,00 €	

* MERCADO GEOGRÁFICO: Todos os itens acima se referem ao mercado nacional.

17.2 – Decomposição e movimento dos Fundos Patrimoniais

Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados Transitados	4.403.017,25 €	0,00 €	116.245,72 €	4.519.262,97 €
Outras variações	2.001,11 €	0,00 €	0,00 €	2.001,11 €
Doações	2.001,11 €	0,00 €	0,00 €	2.001,11 €
Total	4.405.018,36 €	0,00 €	116.245,72 €	4.521.264,08 €

17.3 – Impostos em mora

A Fundação apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações nos prazos legalmente estipulados.

18 – Outras informações

18.1 – Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Rubrica	2015	2014	Var	% Var
Serviços Especializados	7.569,98 €	9.078,30 €	-1.508,32 €	-17%
Honorários	11.492,97 €	7.620,00 €	3.872,97 €	51%
Conservação e Reparação	16.515,31 €	10.510,26 €	6.005,05 €	57%
Ferramentas e Utensílios	353,58 €	0,00 €	353,58 €	
Material de Escritório	0,00 €	94,99 €	-94,99 €	-100%
Energia - Electricidade	0,00 €	4,05 €	-4,05 €	-100%
Deslocações e estadas	66,10 €	197,45 €	-131,35 €	-67%
Serviços Diversos	246,00 €	246,00 €	0,00 €	0%
Total FSE	36.243,94 €	27.751,05 €	8.492,89 €	31%

18.2 - Discriminação de outras contas a pagar e a receber

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
2721	Devedores por acréscimo de Rendimentos	17.568,07 €
27211	Devedores por acresc. Rendimentos - Juros a receber	14.938,63 €
27212	Devedores por acresc. Rendimentos - Rendas a cobrar	2.629,44 €
2722	Credores por acréscimo de gastos	-2.572,42 €
27229	Outros (incl. Com. Performance e Gestão)	-2.572,42 €
278	Outros devedores e credores	-471.171,12 €
2782	Rendas em dívida	4.914,41 €
2784	Gestão Futura Biblioteca FDUC	-477.883,47 €
2785	Out. Dev. e Cred. - Bolsas/BPI	-1.800,00 €
2783	Outros devedores e credores - Cob. Duvidosa	3.597,94 €
279	Perdas por imparidade acumulada	-3.597,94 €

18.3 - Discriminação dos diferimentos

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
281	Gastos a reconhecer	0,00 €
2811	Gastos a reconhecer - Cond./Seguros	0,00 €
282	Rendimentos a reconhecer	-64.408,96 €
2821	Rendimentos a reconhecer - Rendas antecip.	-5.908,96 €
2822	Rendimentos a reconhecer - Bolsas / Premios atribuir	-58.500,00 €

18.4 - Discriminação dos outros gastos e perdas

Conta	Rubrica	2015
681	Impostos	788,76 C
68121	Impostos Indirectos	788,76 €
686	Gastos e perdas financeiras	21.074,84 C
6862	Alienações	16.869,10 €
6863	Fundos de Investimento / Juros	2.339,51 €
6868	Outros gastos e perdas	1.866,23 €
688	Outros	500,00 C
68830	Quotizações FRS	500,00 €
6887	Outros gastos e perdas	63.771,75 C
68870	Outros gastos e perdas - Bolsas FRS	55.000,00 €
68871	Outros gastos e perdas - Desl./Bolsas FRS	1.211,00 €
68872	Outros gastos e perdas - Dt. Petroleo	60,75 €
68879	Outros gastos e perdas - Premios/Out FRS	7.500,00 €

18.5 - Discriminação dos outros rendimentos e ganhos

Conta	Rubrica	2015
781	Rendimentos Suplementares	6.095,78 C
78161	Outros Rend. Suplementares - Rendas Opt.	1.903,99 €
78162	Outros Rend. Suplementares - Rendas Meo	2.604,34 €
78164	Outros Rend. Suplementares - Dt. Petroleo 6%	1.509,44 €
78164	Outros Rend. Suplementares - Dt. Petroleo 23%	78,01 €
786	Rendimentos e Ganhos Rest.Act. Financeiros	81.091,23 C
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	5.758,32 €
7862	Alienações	36.050,32 €
7863	Fundos de Investimento	39.282,59 €
787	Rendimt. e ganhos rest. activos não fin	74.842,24 C
7873	Rendas e outr. Rend. Prop. Invest.	74.842,24 €
788	Outros	381,25 C
7885	Restituição impostos	381,25 €
7886	Outros Rend. - Atrib.Bolsas/Premios	0,00 €
7888	Outros não especificados	0,00 €

18.6 – Investimentos Financeiros

Relativamente aos investimentos financeiros, estão valorizados ao justo valor com evidência de informação fiabilizada pelo Banco BPI e respectivas cotações de moeda externa valorizados ao câmbio do Banco de Portugal disponibilizada em extratos valorizados numa base de cotação mensal anexos a este relatório conjuntamente com toda a informação contabilística num total de 2.718.845,31 € divididos da seguinte forma:

Conta	Rubrica	31/12/2015
41581	Fundos de Investimento	692.915,97 €
41582	Papel Comercial	100.000,00 €
41583	Carteira de Títulos	1.626.696,90 €
41584	Fundos Flexíveis	197.230,88 €
41585	Fundos Imobiliários	102.001,56 €
	Total	2.718.845,31 €

18.7 - Fluxos de caixa

Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de dezembro de 2015, estão disponíveis para uso.

18.8 - Valores em caixa e depósitos bancários

Conta	Rubrica	31/12/2015
11	Caixa	6.650,91 €
12	Depósitos à ordem	1.899.126,58 €
13	Depósitos a prazo	50.000,00 €

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

18.9 - Acontecimentos após a data do Balanço

Nada a referir

18.10 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo para emissão em 30 de Março de 2016.

18.11 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do Balanço acerca de condições que existiam à data do Balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face as novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

18.12 - Acontecimentos após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos.

O Conselho Directivo

A. de Regener Henriques

Helena
Filipe Rangel de Sampaio

O Técnico Oficial de Contas

João Luís Gomes